



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO, REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE LEIS.

Projeto de Lei: 633/2025

Processo: 38342/2025

Autor(a): Vereador Davi Esmael

Ementa: “ Institui o 'Espaço Acessível' em eventos realizados no Município de Vitória/ES, estabelece requisitos de acessibilidade, comunicação inclusiva e tecnologia assistiva, e dá outras providências “.

I – RELATÓRIO

O projeto de Lei epigrafado, de autoria do Vereador Davi Esmael “ *Institui o 'Espaço Acessível' em eventos realizados no Município de Vitória/ES, estabelece requisitos de acessibilidade, comunicação inclusiva e tecnologia assistiva, e dá outras providências* “.

III – PARECER

Destarte, não vislumbro óbice constitucional na matéria ventilada, visto que o Proponente visa tão somente conceder um direito extensivo a que cuida às pessoas com deficiência, a contemplar aquelas com Transtorno do Espectro Autista..

Não se trata, a propósito, de uma criação de atribuições à administração executiva e sim de uma forma de direcionar esta, ao cumprimento de normas já legiferadas em nível federal, eis a disposição exarada no artigo 44, da Lei Federal nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência – ao perquirir, de forma latente e genérica, a prioridade para pessoas com deficiência em assentos de eventos públicos sem estipular percentuais específicos, mas tão somente, afirma o mínimo assegurado para uma pessoa com deficiência e para seu(a) acompanhante.

Nesse diapasão, o STF entende que a iniciativa privativa do Chefe do Executivo para propor leis que criam órgãos, cargos e funções ou que interferem na organização administrativa inferido poder atém-se à hipótese de o Legislativo compelir a prática de atos administrativos de modo a induzir o governo a adotar políticas e técnicas de gestão destoadas de seu cotidiano, tais quais, de estrito conhecimento dos agentes públicos(as)



LUIZEMANUELZOUAIN



LUIZEMANUEL



LUIZEMANUELZOUAIN



@LUIZEMANUELZOUAIN

Autenticar documento em /autenticidade

com o identificador 3400380037003700310031003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



lotados(as) em seus órgãos ou entidades para averiguar a viabilidade de cunhar a questão à edilidade.

No pleito parlamentar em sopeso, o Exímio Legislador se adstringe à observância do Poder Executivo em relação ao cumprimento de leis já vigentes no ordenamento federal, entretanto, sem reiterar o disposto literal e tampouco o sentido e a finalidade das normas cogentes editadas por outro ente federado, o que consiste na competência do Município para suplementar a legislação federal, na ótica do artigo 18, II, da Lei Orgânica Municipal em simetria ao 30, II, da Constituição Federal.

Outrossim, remete-se ao escopo do Legislador Municipal de assegurar a eficácia plena e a aplicabilidade imediata do princípio da legalidade, explícito no artigo 37 “*caput*”, do Texto Republicano, cuja regra excelsa, não especifica margens de discricionariedade para o Legislador Infraconstitucional macular e tampouco procrastinar os efeitos da previsão constitucional.

Ademais, no tocante à iniciativa privada, não se fala em violação ao princípio republicano da livre iniciativa, haja vista e robustez da função social da ordem econômica, insculpida no artigo 170, V, da Constituição Federal, a contemplar a imperatividade legal concernente à acessibilidade para pessoas com deficiência.



III – VOTO

Por tais razões, pugno pela CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE à proposição em apreço.

Palácio Atílio Vivacqua, 20 de fevereiro de 2026

LUIZ EMANUEL ZOUAIN DA ROCHA – REPUBLICANOS
Assinado eletronicamente de acordo com o “Câmara Verde”



[LUIZEMANUELZOUAIN](#)



[LUIZEMANUEL](#)



[LUIZEMANUELZOUAIN](#)



[@LUIZEMANUELZOUAIN](#)